

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E CATORZE

-----Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do Presidente da Mesa – Laurentino Dias, o Primeiro Secretário – Manuel Salgado Santos, e da Segunda Secretária – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, ainda, pelo Presidente da Assembleia foram anunciados os seguintes pedidos: de suspensão, de 27 de Fevereiro a 10 de Março de 2014, José Manuel Gonçalves Domingues, dos IPF, e Joaquim Magalhães dos “IPF”, para esta sessão.-----

-----Colocados a votação, foram aprovados por unanimidade.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de cinquenta e um Membros. -----

-----Posteriormente, pelo **Presidente da Assembleia** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

-----Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal, comunicou à Assembleia a existência de quatro propostas, apresentando, de imediato o Voto de Pesar, subscrito pelo Grupo do Partido Social Democrática (PSD), pelo falecimento de D. Joaquim Gonçalves, Bispo Emérito de Vila Real, natural da freguesia de Revelhe, procedendo, à sua leitura. Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Posteriormente, o Primeiro Secretário procedeu à leitura da segunda proposta, um Voto de Congratulação pela distinção de PME Excelência 2013, das Empresas Custodio Mendes & Mendes, SA; Direne – Confecções, Ld^a; Esfani – Confecções, Ld^a; Gravotextil – Sociedade de Acabamentos Têxteis, Ld^a e Workwiew – Prestação de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, Unipessoal, Lda, subscrita pelo PSD. Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por unanimidade.**-----

----- De seguida, ainda pelo Primeiro Secretário, foi lida a terceira proposta, um Voto de Protesto pela defesa do Tribunal da Comarca de Fafe, subscrito pelo Partido Socialista.-----

----- Colocada a discussão, tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei e Várzea Cova**, para tecer comentários sobre o Novo Mapa Judiciário, explicando as implicações que a Reforma vai provocar no concelho de Fafe, quer ao nível da Justiça, quer a nível financeiro.-----

Afirmou que, no caso concreto de Fafe, ia haver um esvaziamento do funcionamento do Tribunal, salientando que a Reforma representava um prejuízo muito grande para o concelho de Fafe, desde logo para a população que veria a justiça muito mais longe, muito mais difícil, logo muito mais cara.----

-----Sobre a mesma proposta, usou da palavra, **José Augusto Sousa**, eleito pelo PSD, para afirmar que concordava no essencial com a proposta mas discordava com os considerandos elencados, mencionado que não eram os mais adequados com a realidade.-----

Terminou afirmando que a Assembleia Municipal e o próprio Executivo, em conjunto com os Municípios da CIM, deviam tomar uma posição firme quanto a essa matéria, mencionando que, face a essa situação, iam abster-se.-----

Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovada, por maioria, com oito abstenções**.-----

-----Por último, o Primeiro Secretário procedeu à leitura da quarta proposta de recomendação sobre a Unidade de Fafe do Centro Hospitalar do Alto Ave (CHAA) que se encontrava com graves problemas de conservação e manutenção do edifício, subscrito por alguns membros do PS.-----

-----Colocada a discussão, tomou a palavra **José Augusto Rodrigues**, eleito pelo PSD, que, reportando-se à entrevista do Presidente do Conselho de Administração do CHAA publicada na comunicação social, onde mencionava que Fafe tinha que ter as mesmas condições que Guimarães, Braga, S. João, ou seja, que tinha que ter um serviço de qualidade, se verificava que o serviço prestado no hospital de Fafe não era o mesmo que o prestado no hospital de Guimarães.-----

Reportando-se aos serviços prestados à população elencou algumas situações, referindo, concretamente, que, nas enfermarias da Unidade de Fafe, existiam umas camas excedentárias que diminuía o espaço legalmente

exigido entre um leito e outro, comprometendo a saúde do doente e dos profissionais. Reportou, ainda, a existência de infiltrações de água no piso superior.-----

Terminou, demonstrando o seu descontentamento pelo facto de um doente internado em Fafe não ter as mesmas condições que um doente internado em Guimarães.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovada, por unanimidade.** -----

-----Não havendo mais propostas, passou-se ao **período de intervenções.**

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), que iniciou a sua intervenção sugerindo ao Presidente da Câmara que efetuasse uma intervenção de manutenção no monumento erigido na Praça 25 de Abril, aquando da celebração dos cem anos da Grande Guerra, devolvendo-lhe o destaque que deve ter. Sugeriu, ainda, que essa intervenção fosse acompanhada de uma exposição temática que realçasse os valores que lhe estiveram subjacentes. Sugeriu, ainda, que se aproveitasse a data da implantação da república para a evocação, ajudando a mitigar a desconsideração que o Governo provocou, anulando o feriado comemorativo da data.-----

Questionou, o Presidente da Câmara se tinha sido efetuado o levantamento dos edifícios municipais que possuíam amianto nos seus elementos construtivos, como a Escola Secundária, a Escola Carlos Teixeira, as diversas escolas básicas designadas por P3 ou o Bairro Habitacional da Cumieira que estavam entre os edifícios que possuíam elementos construtivos com amianto. Relativamente ao assunto, o que a Câmara se propunha fazer, se tinha um plano de ação, onde ia buscar as verbas para as intervenções necessárias.-----

Afirmou que, tenho sido este assunto objeto de uma intervenção recente do Senhor Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios que referiu que competia ao Governo fazer as intervenções, até porque muitos dos edifícios, como era o caso de Fafe, tinham sido entregues às Autarquias, questionando se não seria a altura certa para procurar uma solução conjunta e participada para a questão.-----

Solicitou esclarecimentos sobre a real situação financeira do Município, tecendo comentários sobre o assunto.-----

Teceu, ainda, comentários sobre a situação da Banda de Revelhe e da Banda de Golães e sobre a ausência de intervenção do Vereador Pompeu Martins, dando algumas sugestões para ajudar na manutenção das Bandas, como a utilização da Academia José Atalaya, grandemente financiada pelo Município ao serviço das coletividades, fornecendo a mão de obra necessária à composição das bandas, o que permitiria diminuir os custos aproximando-as da sustentabilidade. Deu como exemplo o caso recente dos Açores.-----

Reportando-se ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, manifestou o seu desagrado pelo desrespeito pelos elementos do grupo IPF, concretamente, na demora na entrega de elementos solicitados, necessários ao desempenho das funções de fiscalização política a que estavam obrigados. Focou o exemplo do processo de destaque da Escola de Pequite, da Naturfafe e do apoio às Bandas do Concelho. Afirmou que era um comportamento que não dignificava a Assembleia Municipal.-----

Finalmente e continuando no tema do desrespeito pelos Eleitos, fez questão de dar conhecimento à Assembleia Municipal referindo que o Presidente da Câmara, Raul Cunha, tinha mentido de forma continuada aos Vereadores do Executivo Municipal, dizendo desconhecer a existência de uma inspeção ao Município levada a cabo pela Inspeção-Geral de Finanças. Que, quando os Vereadores Independentes o confrontaram com o facto, nas reuniões de vinte e três de janeiro de dois mil e catorze, seis de fevereiro de dois mil e catorze e vinte de fevereiro de dois mil e catorze, o Senhor Presidente negou a sua existência, dizendo que apenas tinha conhecimento de uns rumores e nada mais. Como podia o Senhor Presidente ter a coragem de mentir desta forma, como podia o Senhor Presidente desconhecer essa inspeção, se logo no dia três de Janeiro respondeu, por escrito, ao projeto de relatório de auditoria ao Município de Fafe, ou seja, quando pela primeira vez, no dia vinte e três de Janeiro, os Vereadores Independentes lhe pediram para confirmar a existência de uma inspeção, algo que já circulava pelos corredores, o Presidente negou o fato mesmo sabendo, como sabemos, que já havia respondido vinte dias antes ao projecto de relatório. Ora, se o Presidente não mentiu por má fé, então creio que estará na altura de avaliar aqueles que o rodeiam e em cujas opiniões procura conforto e aconselhamento. Quebrou o mais básico princípio da integridade no exercício de funções em cargos públicos, mentindo aos seus

parceiros de Executivo e, mais grave ainda, ocultando informação que sabia ter obrigação de tornar do seu conhecimento. E na verdade, o Senhor Presidente mentiu reiteradamente, já que foi instado três vezes, em três reuniões de Câmara consecutivas, e mentiu sempre, mesmo quando o Vereador Leonel Castro deu conta que havia sido notificado pela Inspeção-Geral de Finanças para se pronunciar sobre uma deliberação que havia tomado, enquanto membro do Executivo, sobre cuja legalidade, a Inspeção-Geral de Finanças colocava dúvidas, mesmo aí o Presidente disse desconhecer a existência de qualquer relatório. Mesmo depois dos Vereadores Independentes terem dado esta prova de lealdade e elevação política, dando-lhe um mês para perceber as consequências da sua acção e tentar corrigi-la, o Senhor Presidente optou por se manter na negação da realidade, o que é que isto diz do seu carácter. No decurso da sua intervenção, acrescentou ainda que o Presidente não mentiu sozinho, que o chefe de Departamento Administrativo, Dr Costa, ali presente na Assembleia, quanto questionado na Assembleia de vinte de Fevereiro, também mentiu, dizendo que também só tinha conhecimento da existência de um relatório, que todos sabemos encerrado desde dois mil e doze.-----

Referindo-se a pessoa do Chefe de Departamento, proferiu ainda a seguinte consideração: como pode perante os Senhores Vereadores e perante os Membros da Assembleia, com que cara nos encarará quando, no exercício das suas funções, afirmar o que quer que seja. Terá consciência que somos nós que lhe pagamos o salário, como ousa mentir aos Vereadores que sabe ser os representantes do povo. Continuando, afirmou que considerava uma indignidade o fato de o Presidente não ter permitido, ao não facultar o acesso aos processos de licenciamento, sobre o qual o Senhor Inspector de Finanças questionou os Vereadores Leonel Castro e Parcídio Summavielle, que tiveram de preparar a sua defesa sem cabal conhecimento dos fatos que motivaram o levantamento da ilicitude. Como pode isso ser possível num estado democrático, como pode isso ser possível na Câmara que preside, e tudo isto para tentar proteger o ex presidente da Câmara, José Ribeiro, sim porque é de José Ribeiro que o projeto de relatório de inspecção mais fala. Referiu apenas dois processos de licenciamento de obras, por considerar grave, nos quais José Ribeiro, ex presidente da Câmara foi o único decisor, um loteamento em Medelo no qual foram cobradas taxas, à revelia dos serviços e um acordo

preparado por ele próprio e tudo para que o Município pudesse receber um parcela de terreno que, nem sequer foi utilizada no alargamento da estrada nem se justificar. E o famoso processo do prédio da Sacor onde o Presidente, contra os pareceres do Engenheiro Hélder e Arquiteto Miguel, incumprindo o Plano Diretor Municipal, permitiu a construção de mais um piso no edifício, ilegal e contra os pareceres dos técnicos da Autarquia, contrariando duas viabilidades de construção, anteriormente aprovadas, e um processo de licenciamento que ficou parado. Referiu ainda que no projeto de relatório se pede que seja decretada a nulidade do licenciamento. Lembrou que este foi o homem que na última Assembleia Municipal em que esteve presente, enquanto presidente de câmara, acusou o seu pai de deixar processos duvidosos e, face à sua indignada intervenção, mascarou as suas afirmações dizendo que se referia ao Prof. José Manuel, como se isso fizesse qualquer diferença. Que fez essas acusações através de insinuações, não concretizando, mas agora, com base nos fatos constantes do projeto de relatório da Inspeção-Geral de Finanças podia dizer que o Senhor José Ribeiro está acusado de ser responsável por licenciamentos ilegais, com base em fatos e não em insinuações veladas. Lembrou, o risco de possíveis pedidos de indemnização à Câmara, face à nulidade do processo da Sacor.-----

Concluindo, referiu ainda, que pesada herança lhe tinha deixado o seu bom amigo José Ribeiro, com consequências para a saúde financeira do município, pergunta que deixava para refletir.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o **Presidente da Mesa** para responder a Miguel Summavielle na parte da intervenção que lhe dizia respeito.-----

-----Posteriormente usou da palavra, **José Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, para, relativamente a intervenção de Miguel Summavielle sobre a Banda de Golães, afirmar que a Banda era uma instituição que tinha associados, que funcionava dentro de um quadro da legalidade. Afirmou, ainda que ninguém tinha nada que se intrometer nos assuntos internos de qualquer associação nomeadamente na de Golães. Se qualquer sócio se sentisse ofendido ou se de qualquer forma se sentisse lesado do seu direito, sempre teria o direito de recorrer às vias judiciais.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Jorge Costa**, eleito pelo PSD, para tecer alguns comentários sobre a atual situação económico-financeira do País.

Reportando-se às parecerias público-privadas, facto que decorria desde há algum tempo, e que vários governos tinham cometido enormes erros, mencionou que o Governo do PSD estava a tentar dar a mão a esse assunto, tentando corrigir aquilo que eram alguns dos erros que se materializavam nessa questão. Reportando-se, ainda, a uma notícia publicada no Jornal de Notícias, no mesmo dia da sessão da Assembleia Municipal, que focava as parcerias público-privadas, concretamente a Parceria das águas em Fafe, retratando algumas notas que vinham nessa notícia.-----

Teceu, ainda, alguns comentários políticos sobre posições assumidas na altura pelo membro eleito pelo IPF, Alberto Alves, salientando que, à data, o único vereador que tinha votado contra, tinha sido Eugénio Marinho, por de facto, se tratar de um assalto ao bolso dos Fafenses. Lembrou que quem tinha assinado o acordo ruinoso para o concelho tinha sido Parcídio Summavielle, salientando a importância de que fosse esclarecido para onde tinham sido canalizadas as receitas provenientes desse acordo, afirmando que era importante denunciar na Assembleia esses acordos pouco transparentes.-----

Defendeu, ainda, que o Presidente da Câmara tinha a obrigação de explicar aos Fafenses, de renegociar esses acordos porque, de facto, deviam ser denunciados junto da população e deviam ser rompidos, afirmando que era preciso ter a coragem para fazer aquilo que o Governo tinha feito e romper com esses acordos porque não serviam, de facto, os interesses de Fafe.-----

-----De seguida, usou da palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, que iniciou a sua intervenção alertando para o facto da convocatória ter sido publicada na página da Internet com dois dias de antecedência, em desacordo com o Regimento, salientando que, de futuro, fosse publicada mais cedo e com mais destaque.-----

Teceu ainda alguns comentários sobre a página da Internet da Câmara, concretamente ao atraso na publicação das atas das reuniões da Câmara, salientando que, para quem não era político profissional, para quem não tinha vereadores nas reuniões de Câmara, era útil ter acesso às atas e que não custava dinheiro nenhum.-----

Reportando-se a uma ata publicada, concretamente, sobre o pedido de uma espécie de subsídio em relação à Escola Conde Ferreira, uma vez que já não funcionava em instalações próprias, solicitou informações sobre o valor que

estava a ser pago pelo aluguer, e durante quanto tempo se esperava que fosse durar e quantos milhares de euros já tinham sido gastos nesse espécie de aluguer e, ainda, se esse dinheiro não poderia ter sido utilizado para recuperar a Escola de Conde Ferreira. Questionou também se estava relacionado com a carta educativa que estava um pouco desatualizada e precisava urgentemente de ser verificada.-----

Por último, alertou para o facto das instalações da fábrica Alvorada que estavam abandonadas, terem sido emparedadas, no entanto o portão estava aberto, facilitando a frequência daquele espaço por qualquer pessoa, inclusive crianças e toxicodependentes, sugerindo que talvez fosse melhor emparedar.---

-----Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos**, para informar, que ao contrário do que tinha sido dito por aí, na Freguesia de Fornelos, estavam a ser assegurados todos os serviços à população, e por isso, até ao momento, a população não estava a ser prejudicada em nada pelo facto da Junta não ter sido constituída. Afirmou que, apesar de não haver Junta, Fornelos estava bem vivo e com a ajuda de vários grupos de pessoas voluntárias estavam a ser organizadas atividades na área da saúde, ação social, ambiente e outras que iam ao encontro do bem estar da população de Fornelos, sem prejuízo para a mesma. Aproveitou, ainda, para agradecer à Câmara o adiantamento da totalidade da verba que estava destinada para dois mil e catorze. Que veio na altura certa salvar a freguesia, porém não tinha chegado para pagar todas as faturas e encargos que tinham transitado, assim como os salários dos funcionários de dois mil e treze.-----

Teceu comentários sobre a situação da Junta de Freguesia de Fornelos e de Monte e Queimadela, afirmando que a legislação deveria mudar e que era sua opinião que um presidente de junta deveria ter o direito de escolher o seu executivo ou fazer um acordo, se assim o entendesse, por questões de governabilidade, e não lhe ser imposto pela oposição. Em segundo lugar, a oposição não deveria ter o direito de bloquear a constituição de uma junta.-----

Por tudo isso, gostaria muito de ouvir a opinião dos meus colegas e, também, das forças políticas, sobre uma possível proposta.-----

Terminou mencionando que Fornelos não podia esperar que a lei mudasse e que iria uma vez mais tentar chegar a um acordo e resolver, de uma vez por todas, a situação para o bem do povo de Fornelos.-----

-----De seguida, usou da palavra **Manuel Alves**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores IPF, para tecer comentários sobre o atraso na resposta ao requerimento e aos elementos por ele solicitados.-----

-----Posteriormente, voltou a tomar a palavra o **Presidente da Assembleia** para informar que ia conferir essa situação afirmando que era sua regra despachar os documentos logo que tomava conhecimento deles.-----

----- De seguida, usou da palavra **José Augusto Rodrigues**, eleito pelo PSD, para dizer que já tinham passado cem dias da posse do Presidente da Câmara e que estava na hora de arregaçar as mangas e por mãos à obra.-----

Deu os parabéns ao Senhor Vereador do pelouro pelo facto de, na última Assembleia, ter colocado problemas sobre o trânsito na Escola do Santo que já estavam resolvidos, afirmando que realmente essa nota do bem fazer e saber fazer, se mantivesse para o futuro.-----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara afirmou que era importante que se fizesse obras estruturais e que Fafe estava a precisar dessas obras, nomeadamente do Parque da Cidade e a reestruturação da parte do Bairro da Cumieira. Salientou a importância de que se notasse que havia obra e que as pessoas notassem que o Executivo tinha de ser um executivo de obra feita.-----

-----Seguidamente, usou a palavra **Simão Freitas**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe”, para denunciar um problema de um munícipe com dificuldade em fazer uma instalação no sistema de Gás, na Rua Júlio Dinis, nomeadamente que viu o processo indeferido, por despacho do Senhor Vereador Vítor Moreira, alegando que a via em causa tinha sido, recentemente, intervencionada. Atendendo a que a via tinha sido intervencionada, pela última vez, no ano de dois mil e oito, questionou se o motivo usado era mesmo real e qual era o prazo concedido pela Câmara para que os Municípes pudessem fazer essas intervenções. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **Alberto Alves**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” para responder a Jorge Costa, dizendo que nada o envergonhava no passado, com quem trabalhou. Afirmou que tinha sido um individuo empenhado e leal, que tinha a sua dignidade e a liberdade de falar e de escrever aquilo que sentia e pensava, dentro de toda a correção.-----

----- De seguida interveio **Raul Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, para tecer comentários sobre a intervenção de Miguel Summavielle.-----

Comentou, ainda, a intervenção de Jorge Costa sobre as parcerias público-privadas, mencionado que não sabia se estava a falar da concessão à Indáqua ao dizer para se revogar, salientando que o Governo não estava a revogar nada em parcerias público-privadas, que tinha negociado alguma coisa, em algumas, por isso parecia-lhe um pouco excessivo, até porque também tinham Vereadores do PSD no executivo.-----

-----Interveio novamente **Miguel Summavielle**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe”, para, relativamente às questões das Bandas e dirigindo-se a José Rodrigues de Sousa dizer que não era hábito interferir na vida privada das Associações. Mas se essas Associações beneficiavam de apoios do Município, era sua obrigação, se entendessem que algo na sua atividade não estava de acordo com os padrões que entendessem que fossem os mais corretos, se deveria chamar a atenção para os mesmos.---

Dirigindo-se a Jorge Costa, afirmou que ia ter algumas dificuldades de conversar com o seu pai e ele fazer um esforço para se lembrar dessas coisas, porque desde os princípios dos anos oitenta já passaram muitos anos, mas afirmou que o PSD tinha Vereadores no executivo e que tinham passado cinco meses, portanto, que revogassem. Lembrou, ainda, que relativamente à Indáqua, os “Independentes por Fafe” tinham apresentado um conjunto de pedidos de alteração ao regulamento e que a Câmara não os tinha acatado.----

-----Seguidamente, pediu a palavra, **José Rodrigues de Sousa**, para responder a Miguel Summavielle, dizendo que relativamente à Banda de Golães, se recebia subsídios e de que forma os recebia era um problema da Associação e Miguel Summavielle tinha chamado à colação a vida interna da Associação e isso era o que ele lamentava-----

-----Posteriormente pediu a palavra, **Jorge Costa**, eleito pelo PSD, apenas para dizer ao colega do Partido Socialista que, de facto, o Partido Social Democrata, conforme ele admitiu, tinha em sede de Governo tentando alterar algumas parcerias público-privadas, mencionando que existiam contratos e dentro daquilo que era possível, estava a fazer todos os esforços para que tal acontecesse e era esse exemplo que pedia ao Presidente da Câmara.-----

No que dizia respeito a Miguel Summavielle, afirmou que folgava em saber que

faria esse exercício de perceber bem o que se tinha passado. Mencionou, ainda, que quer tenha sido em mil novecentos e oitenta ou no presente, o exemplo da ação que tinha exatamente o mesmo valor, um erro era um erro e o prejuízo desse erro tinha repercussões muito grandes para todos.-----

-----Por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

-Agradeceu a sugestão sobre as comemorações dos cem anos da primeira grande guerra e informou que estava planeada uma intervenção na Praça onde estava o monumento e seria tida em conta a sugestão, não só na conservação do monumento, mas também de toda a área envolvente.-----

-Quando à questão do levantamento dos edifícios municipais que continham amianto estava a ser feito e obviamente que teriam de encontrar uma solução que reduza o risco das pessoas que frequentavam esses equipamentos.-----

Teceu comentários sobre a questão do amianto afirmando que era uma questão cíclica que representava um perigo para a saúde pública, afirmando que o Governo tinha de comparticipar na solução desse problema.-----

-Afirmou que não era verdade que a Câmara tivesse dificuldades financeiras, explicando que, assim como em todos os Municípios, existiam os constrangimentos que resultavam da Lei dos Compromissos e da Lei das Finanças Locais.-----

- Manifestou o seu descontentamento pelas declarações de Miguel Summavielle, prestando os respetivos esclarecimentos e afirmando que não havia relatório na Internet como os Vereadores tinham mencionado. Afirmou que o que tinha chegado aos Serviços tinha sido um pré-relatório que, segundo informação dos serviços, obrigava a sigilo. Afirmou que deu despacho para os Serviços responderem e que efetivamente não tem conhecimento do seu teor.--
Afirmou que não estava preocupado a esconder o que quer que fosse uma vez que não lhe dizia respeito.-----

- Afirmou que a sua prioridade era tentar resolver os problemas dos Fafenses e não vasculhar o passado. Afirmou que quando recebesse o relatório definitivo, respeitaria todas as decisões legais e dele daria conhecimento a quem de direito, nomeadamente à Assembleia e à Câmara Municipal.-----

- Afirmou que estava na Câmara com uma postura de transparência, sem encobrimentos.-----

- Quando à questão das dificuldades do acesso aos documentos, afirmou que a Câmara já assumiu e já pediu desculpa. Afirmou que não estavam a esconder o que quer que fosse e que já tinha chamado a atenção dos Serviços, porque isso não podia acontecer, não só as pessoas intervenientes tinham o direito de aceder aos documentos, mas deviam fazê-lo com dignidade.-----
- Relativamente à água, informou que tinha passado a manhã reunido com o Presidente da CCDRN e com os colegas da CIM do Ave, e era evidente que todos sentiam que o negócio da água não tinha sido um bom negócio e que podia ser modificado. Mencionou que iria haver algum movimento no sentido de se reformular, rever e repensar.-----
- Afirmou que a Câmara cumpria e era pessoa de bem, o Estado, às vezes não era mas a Câmara de Fafe, enquanto tivesse Raul Cunha como Presidente, seria uma pessoa de bem e procuraria honrar os compromissos de tinha. Salientou, ainda, que entrar em sede de negociação para tentar, se fosse possível, reformular de modo a não penalizar os Fafenses e defender o interesse do Município, com certeza que o faria.-----
- Quanto à página da Internet afirmou que era uma das coisas que andavam a prepara para modificar. E que já se notava alguma diferença na página oficial do Município no Facebook.-----
- Alertou que, com o nome de Município de Fafe e de Cidade de Fafe, de uma forma espantosa e difícil de anular, existia uma série de Facebooks que não eram oficiais, apelando a que as pessoas procurassem verificar e consultar a página oficial do Município.-----
- Relativamente à Escola do Conde Ferreira, esclareceu que os alunos estavam instalados nas antigas instalações do Centro de Saúde, na Santa Casa da Misericórdia, que pensava que seria por trinta mil euros, podendo confirmar se o entendesse. Explicou que a escola estava integrada no Centro Educativo Montelongo que iria arrancar em março, pelo que essa situação ficaria resolvida, por natureza.-----
- Quando à situação da Fábrica Alvorada afirmou que iria mandar verificar.-----
- Sobre a Naturfafe, afirmou que estava a decorrer um processo de revisão de funcionamento, e que a Câmara tinha uma atitude diferente, nessa linha da transparência e do normal funcionamento da articulação entre a Câmara e a Naturfafe, para que essa não fosse uma extensão da Autarquia, mas uma

empresa com espírito empresarial e poder entrever na promoção do turismo no concelho. Explicou que estava no processo de reconversão e, portanto, os documentos seriam enviados logo que a Naturfafe os fornecesse para lhes fazer chegar.-----

- Relativamente ao Parque da Cidade mencionou que tinha feito o compromisso e assumia que não era possível fazê-lo de uma vez, afirmando que todos os anos iriam fazer uma pequena intervenção, fazendo o ponto de situação.-----

- Quanto ao Bairro da Cumieira, informou que reuniu com o Secretário do Ordenamento do Território sobre o assunto, e que lhe foram dadas algumas dicas sobre a forma de intervir nessa zona. Afirmou que havia a possibilidade de fazer uma intervenção de forma a deixar que a Cumieira seja um gueto. Mencionou que os Serviços estavam a fazer o projeto que teria de ser um projeto com um investimento grande e que estavam a preparar candidaturas.--- Afirmou que outra ideia era tentar abrir a Cumieira, que para além da colocação de serviços no local para lhe dar vida, e pôr as pessoas a poder passar pela Cumieira.-----

- Quando à dificuldade em proceder à ligação à EDPGás mencionou que ia confirmar com os serviços.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se imediatamente para o **Período da Ordem do Dia**. Passou-se de seguida ao **ponto dois ponto um – *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal.*** -----

-----Usou da palavra **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para solicitar esclarecimentos sobre o nó de Arões referido nessa informação.-----

-----O **Presidente da Câmara** explicou que esse nó era o nó de acesso da Via Rápida à Zona Industrial de Golães.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se para o **ponto dois ponto dois – *Emissão de parecer sobre projeto-lei nº 493/XII – Integração da totalidade do lugar da Lagoa na União de Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído (alteração aos limites da União de Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído e da União das Freguesias de Moreira de Rei e Várzea Cova.)***-----

-----O **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia a existência de uma Proposta subscrita pelo Grupo do Partido Social Democrática, sobre o assunto que propunha a retirada deste ponto da discussão e votação, procedendo, de imediato à sua leitura.-----

-----Posteriormente, tomou a palavra **Jorge Costa**, eleito pelo PSD, para mencionar que este assunto já se arrastava há vários anos e quer o Partido Social Democrata quer outros partidos já o tinham abordado reiteradamente. Afirmou que no ano transato tiveram a oportunidade, através da reorganização administrativa, de resolver definitivamente este problema. Afirmou que era entendimento do PSD, manifestado na Assembleia, que se deveria aproveitar essa reorganização administrativa para sanar de uma vez por todas o problema que afetava as duas freguesias.-----

Teceu comentários sobre o trabalho da Comissão e os erros cometidos, concretamente, a agregação de Armil a Silves e S. Martinho e o assunto agora em debate.-----

Afirmou que o Presidente da Assembleia Municipal, o líder dessa Comissão de Coordenação da Reorganização Administrativa, assistiu e como Fafense, tinha a obrigação de evitar que esse erro acontecesse, apesar de tudo e apesar da Comissão ter apresentado a proposta que depois foi aprovada a nível nacional. Afirmou que tiveram uma segunda oportunidade, quando foram à Assembleia da República propor a correção do mesmo, com o apoio do PSD, através da sua deputada. Mas mais uma vez, parecia que tinham o prazer de cometer erros para os corrigir depois. Afirmou que agora tinham que resolver a situação e a proposta do PSD era transferir o direito da decisão para as pessoas de Várzea Cova e de Aboim porque eram afetadas por esta decisão, e por isso, não podiam, num momento tão importante como este e depois de cometer dois erros sobre o mesmo assunto, ser a Assembleia Municipal a tomar esta decisão.-----

-----Seguidamente usou da palavra, **Raul Rebelo Cunha**, eleito pelo PS que começou por dizer que gostaria de dividir a sua intervenção em duas partes. Primeira, propondo à Assembleia Municipal que, na tradição daquilo que era uma boa prática e para que a proposta do PSD pudesse ser concretizada, que fosse constituída uma comissão com um elemento de cada partido, que pensasse no modo como a auscultação das populações pudesse

ser feita, com vista à emissão de um parecer conjunto para vir à Assembleia Municipal, para ser discutido e votado. Segunda parte para salientar que o PS foi contra a Reforma até ao momento em que percebeu que era inevitável e então, nessa altura, integraram uma comissão e trabalharam. Afirmou que o resultado do trabalho da comissão, constituída por Membros de todos os partidos, que chegou a uma conclusão e quando a apresentou para votação, votaram todos contra porque estavam em véspera de eleições e o Partido Socialista assumiu a responsabilidade de votar e de fazer com que o mapa fosse aprovado para não acontecer o que tinha acontecido noutros Municípios que tiveram que levar com mapas de Lisboa e que tiveram prejuízos financeiros.-----

Afirmou que, assim sendo o Senhor Deputado Laurentino Dias, no cumprimento de um compromisso eleitoral, promoveu a ação para que se corrigisse, mencionando a Assembleia Municipal estava em condições de constituir uma comissão, estudar a melhor maneira de ouvir a população, preparar um parecer e discuti-lo, mas com seriedade.-----

-----De seguida solicitou a palavra o **Presidente da Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova**, para salientar a complexidade da questão.-----

Em primeiro lugar, felicitou o Presidente da Assembleia pela iniciativa parlamentar que teve e pelo menos era um pontapé de saída para resolver a questão da Lagoa. Teceu alguns comentários sobre a história desse Lugar. Afirmou que apesar da União de Freguesias de Moreira de Rei e Várzea Cova nunca ter sido consultada, nem ouvida antes da entrada do projeto-lei na Assembleia da República, foi agora pela Comissão de Ordenamento do Território, no entanto a Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova ainda não tinham reunido e emitido parecer. E dessa forma, não poderia subscrever a proposta e seria forçado a subscrever a proposta aqui apresentada pelo PSD porque concordava, primeiramente e seguindo a linha do Executivo da Câmara, que deveriam ouvir a população, pelo menos do Lugar da Lagoa.-----

Mencionou que todos concordavam que lugar da Lagoa devia ficar a pertencer apenas a uma freguesia. Alertou, ainda, para a existência de problemas nos limites das Freguesias.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para

solicitar esclarecimentos sobre como seria feita essa auscultação e a quem seria feita. Teceu alguns comentários sobre as declarações emitidas pelo PSD, sobre esta matéria, atendendo às posições assumidas aquando da reforma feita pelo Governo desse partido que eliminou onze freguesias no concelho de Fafe sem que houvesse interesse em ouvir essas populações-----

-----De seguida, usou da palavra, **Miguel Cabral Almeida Summavielle**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe”, para mencionar que era seu entendimento que não poderiam votar a proposta do PSD, afirmando, contudo, que a proposta apresentada por Raul Rebelo Cunha fazia todo o sentido, ou seja, criar uma comissão, propondo que nessa Comissão integrasse os Presidentes das Uniões de Freguesias em causa e um representante da Câmara Municipal.-----

-----Seguidamente interveio **José Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, para tecer alguns comentários sobre este assunto.-----

-----Posteriormente tomou a palavra o **Presidente da Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído**, que referiu que a reorganização administrativa tinha sido mal elaborada e mencionou isso na declaração de voto que tinha feito.-----

Afirmou que também era do entendimento que a Lagoa devia ser ouvida e a decisão que fosse tomada, seria a que ia seguir, porque o seu único interesse era o bem do povo da Lagoa. Teceu comentários sobre a intervenção do colega da União de Freguesias de Moreira de Rei e Várzea Cova e salientou que não cabia à Câmara delimitar as freguesias mas sim aos Presidentes de Junta, e que o mapa com delimitação da Freguesia de Várzea Cova tinha sido escolhido pelo Presidente da Junta dessa altura, atual tesoureiro da União de Freguesias de Moreira de Rei e Várzea Cova que, provavelmente, não o tinha informado. Relativamente à comissão, solicitou que fosse célere e afirmou que a sua Junta já tinha tomado posição, votando favoravelmente, mas também lá salvaguardou que o povo da Lagoa deveria ser ouvido.-----

-----De seguida, usou, novamente, da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei e Várzea Cova**, para dizer que não era contra a unificação do Lugar da Lagoa, mas atendendo que tinha como consequência a transferência de uma área cifrada em cento e três virgula vinte e um hectares de uma freguesia para outra freguesia, afirmou que a União de Freguesias de

Moreira de Rei e Várzea Cova tinha o direito de saber por onde ia ficar essa delimitação, mencionando que o mapa não tinha acompanhado o documento que estava na Junta e na Assembleia, salientando a sua importância para decidirem, deliberarem e darem o parecer, mas também um elemento fundamental para a população.-----

-----Por fim, tomou a palavra o **Presidente da Mesa**, para prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto. Lembrou o processo que levou à Reorganização Administrativa e o trabalho da Comissão.-----

Esclareceu ainda todos os passos que levaram até ao projeto-lei em análise.----

-----Concluiu explicando que no projeto de lei que ele apresentou estava uma carta geográfica com uma nova fronteira que não inventou, que tinha solicitado aos serviços do Município e questionado esses serviços se havia alguma carta sobre este assunto, que o informaram que havia uma, em tempos definida, traçada pelos legítimos representantes do povo daquelas freguesias e que tinham chegado àquele acordo. Afirmou que essa era a carta que fez parte do projeto de lei e devia ter vindo a acompanhar os pedidos de pareceres, e que acreditava tratar-se de um lapso dos serviços do Parlamento.-----

-----Sendo assim, propôs que a Assembleia Municipal deliberasse constituir um grupo de trabalho composto por um representante de cada uma das forças políticas, PS, IPF e CDU, dos presidentes das Juntas de Freguesia em causa, Moreira de Rei e Várzea Cova e Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído, coordenado por um Membro da Mesa. Para esse mesmo grupo de trabalho, a Assembleia convidaria o Executivo para se fazer representar nas reuniões desse grupo de trabalho. Afirmou que a incumbência do grupo de trabalho, se estivessem de acordo, seria estudar o assunto e preparar uma forma de ouvir a população e, depois, trazer à Assembleia uma proposta de parecer quanto a isto, que continuaria pendente nestes Serviços.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação a proposta apresentada pelo Presidente da Mesa, sendo **aprovada, por unanimidade.** ----

-----Passou-se imediatamente ao **ponto dois ponto três – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa a Retificação ao Plano de Pormenor da Zona Industrial do Socorro** – A pedido da Câmara o presente ponto foi retirado da ordem de trabalhos.-----

-----Seguidamente, passou para o **ponto dois ponto quatro – Apreciação**

e votação da proposta da Câmara de aprovação do mapa de fluxo de caixa e primeira revisão dos documentos previsionais de 2014 – Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que esclareceu o teor da proposta.

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo ***aprovada, por maioria, com nove abstenções.***-----

-----De seguida passou-se para o **ponto dois ponto cinco – Apreciação e votação da proposta da Câmara de desafetação do domínio público da parcela sita na Rua da Paz, Freguesia de Fafe** – Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar a proposta apresentada.-----

-----Solicitou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe”, para dizer que os Independentes por Fafe iam abster-se nesta votação pela insuficiência de informação enviada pelos Serviços, uma vez que não sabiam onde ficava, qual o seu enquadramento, dados que permitiam que tivessem condição de votar favoravelmente, mas sem eles iriam abster-se.-----

-----Seguidamente usou a palavra, **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para dizer que ia abster-se pelo mesmo motivo, que tinha faltado informação.-----

-----De seguida, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que esclareceu que quando, tivessem, em breve, o serviço do DPGU com os documentos completamente desmaterializados, poderiam facilmente ter acesso a isso, mas para já, os processos estavam à disposição dos membros da Assembleia para consulta, dando a palavra ao Vereador Eugénio Marinho para explicar com mais detalhes.-----

-----Tomou a palavra o **Vereador Eugénio Marinho** para explicar a proposta.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo ***aprovada, por maioria, com dez abstenções.***-----

-----Por fim, o **Presidente da Mesa** perguntou se alguém pretendia fazer alguma observação ou alteração à ata da sessão ordinária realizada em vinte sete de dezembro de dois mil e treze. Dado ter sido colocadas algumas questões, o Presidente comunicou que ia solicitar aos serviços que efetuassem as respetivas correções e que a mesma seria remetida para aprovação na próxima sessão.-----

-----Terminada a ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao público.-----

-----Solicitou a palavra **Jorge Pinheiro** para, concretamente sobre a Freguesia de Fornelos, congratulando-se com a proposta do Presidente de Junta que é Presidente de Junta de Fornelos, dos fornelenses e seu presidente de Junta também, com toda a legitimidade, de alteração da lei e que a Assembleia procedesse à elaboração de uma proposta de alteração de lei. Mencionou que não havia ninguém que quisesse bloquear a freguesia, e que a freguesia não estava parada porque os elementos da oposição viabilizaram a proposta para que fossem assumidos e pagos os compromissos, assinam os cheques para o pagamento e até fazem algumas propostas na Assembleia de Freguesia. Mencionou que não era necessário andarem constantemente a fazer teatros, o que era preciso era que fossem sinceros, sérios e corretos e que pudessem de uma forma unânime resolver o problema, salientando que um presidente eleito tinha que esgotar todas as possibilidades para a constituição dos órgãos.-----

-----De seguida usou da palavra **José Manuel Martins Ribeiro** que começou por dizer que não tinha propriamente um pedido de esclarecimento, e reportando-se ao membro da Assembleia Municipal, Miguel Summavielle, que tinha tecido algumas considerações relativamente à sua pessoa, enquanto ex-Presidente de Câmara, afirmou que a intervenção dele estava escrita e iria requerer ao Senhor Presidente que depois lhe facultasse essa intervenção ou a gravação para que ele pudesse, eventualmente, tomar alguma posição diferente sobre o assunto. Quanto ao assunto abordado, afirmou que tinha a consciência absolutamente tranquila relativamente ao assunto, mas que era provável que tivesse cometido erros, e cá estaria para se defender. Sobre a segunda questão abordada que dizia respeito às parceiras publico-privadas, afirmou que não tinha feito nenhuma e nem considerava que as concessões fossem parcerias publico-privadas, e que esse era um entendimento do Tribunal de Contas. Uma terceira questão, respeitante à questão do ajustamento territorial da Lagoa, afirmou que não ia entrar em detalhes porque a história que ouviu não era exatamente a correta, mas que chamava a atenção do Presidente da Assembleia para a proposta paternalista que a Assembleia aprovou e que no seu ponto de vista, exorbitava as suas competências. Louvou a atitude da União de Freguesias de Aboim, Felguerias, Gontim e Pedraido que já se pronunciou ao que disse o seu Presidente, e que

era às Juntas de Freguesias e Assembleias respetivas que competia ajuizar da forma de auscultar a população, não era, salvo o devido respeito, a Assembleia Municipal, porque o que era pedido à Assembleia era que emitisse o seu parecer.-----

-----Posteriormente, o **Presidente da Assembleia** respondeu dizendo que sempre que alguém tivesse que dar o seu parecer, se não soubesse bem o que devia fazer, perguntava a quem sabia. Afirmou que aceitava que a Assembleia Municipal achasse que devia perguntar a quem sabia.-----

-----De seguida, deu a palavra à Segunda Secretária, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e trinta minutos do dia um de Março de dois mil e catorze.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----